

## Criminalidade na região Norte: desafios da segurança pública na Amazônia brasileira

Crime in the Northern Region: public security challenges in the Brazilian Amazon

Emanuel Wagner Silva das Neves<sup>1</sup>

Jessé Sá de Oliveira<sup>2</sup>

Vailson Viana Brasil<sup>3</sup>

Wilson Ferreira da Silva<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente artigo analisa os desafios da segurança pública na Amazônia brasileira, com enfoque na criminalidade na Região Norte e nos impactos da atuação das facções criminosas sobre a dinâmica social e institucional da região. O estudo parte da compreensão de que a violência na Amazônia está relacionada a fatores históricos, territoriais, econômicos e sociais, que favorecem o fortalecimento do crime organizado e dificultam a efetividade das políticas públicas de segurança. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, fundamentando-se em artigos científicos, livros, relatórios institucionais e dados oficiais produzidos por órgãos como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Ministério da Justiça. A análise evidencia que a posição estratégica da Amazônia nas rotas internacionais do narcotráfico, associada à fragilidade da presença estatal em áreas de fronteira e à precariedade das políticas sociais, contribui para o aumento da violência e para a expansão das organizações criminosas. Também foram identificados desafios relacionados à superlotação do sistema prisional, à limitação estrutural das forças de segurança e à ausência de políticas preventivas voltadas às populações mais vulneráveis. Conclui-se que o enfrentamento da criminalidade na Região Norte exige políticas públicas integradas, capazes de articular repressão qualificada, prevenção social e fortalecimento institucional, considerando as especificidades territoriais e culturais da Amazônia brasileira.

---

<sup>1</sup> Polícia Militar do Estado do Pará, - Pós-graduado em Língua Portuguesa – Santarém – Pará– Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0875-2580>

<sup>2</sup> Polícia Militar do Estado do Pará, Pós-graduado em Segurança Pública – Santarém – Pará– Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5542-7286>

<sup>3</sup> Polícia Militar do Estado do Pará, Pós-graduado em Segurança Pública – Santarém – Pará– Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5859-0354>

<sup>4</sup> Polícia Militar do Estado do Pará, Pós-graduado MBA em Gestão de Segurança Pública e Privada – Santarém – Pará– Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3826-7031>

**Palavras-chave:** Segurança pública; Amazônia brasileira; Criminalidade.

## ABSTRACT

This article analyzes the challenges of public security in the Brazilian Amazon, focusing on crime in the Northern Region and the impacts of criminal organizations on the social and institutional dynamics of the region. The study is based on the understanding that violence in the Amazon is related to historical, territorial, economic, and social factors that favor the strengthening of organized crime and hinder the effectiveness of public security policies. The research adopts a qualitative and bibliographic approach, based on scientific articles, books, institutional reports, and official data produced by organizations such as the Brazilian Public Security Forum, the Institute for Applied Economic Research, and the Ministry of Justice. The analysis shows that the strategic position of the Amazon in international drug trafficking routes, combined with the weak presence of the State in border areas and the precariousness of social policies, contributes to the increase in violence and the expansion of criminal organizations. Challenges related to prison overcrowding, structural limitations of security forces, and the lack of preventive policies aimed at vulnerable populations were also identified. It is concluded that confronting crime in the Northern Region requires integrated public policies capable of combining qualified repression, social prevention, and institutional strengthening, considering the territorial and cultural specificities of the Brazilian Amazon.

**Keywords:** Public security; Brazilian Amazon; Crime.

## 1 INTRODUÇÃO

A criminalidade na Região Norte do Brasil tem se consolidado, nas últimas décadas, como um dos principais desafios da segurança pública nacional. A complexidade territorial da Amazônia brasileira, associada às desigualdades sociais históricas, à presença limitada do Estado em determinadas áreas e ao fortalecimento do crime organizado, contribui para a construção de um cenário marcado pelo aumento da violência e pela ampliação das disputas criminosas. Nesse contexto, compreender a dinâmica da criminalidade na região exige considerar não apenas os índices de violência, mas também os fatores econômicos, sociais e políticos que atravessam o território amazônico (LIMA, 2020).

A Região Norte possui características geográficas específicas que influenciam diretamente a atuação das organizações criminosas. A extensa rede hidrográfica, a presença de áreas de fronteira internacional e as dificuldades de fiscalização favorecem a circulação de drogas, armas e outros produtos ilícitos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, estados amazônicos têm registrado crescimento significativo dos índices de homicídios e da atuação de facções criminosas, especialmente em áreas urbanas periféricas e municípios localizados em regiões de fronteira (FBSP, 2023).

Nos últimos anos, o avanço do narcotráfico na Amazônia tornou-se um elemento central para compreender o agravamento da violência na Região Norte. A localização

estratégica da região, próxima a países produtores de cocaína, como Colômbia e Peru, transformou os estados amazônicos em importantes rotas do tráfico internacional de drogas. Conforme aponta Misse (2018), o narcotráfico na Amazônia não se limita à circulação de substâncias ilícitas, mas envolve também disputas territoriais, corrupção, lavagem de dinheiro e fortalecimento de redes criminosas organizadas.

Nesse cenário, o crescimento das facções criminosas passou a impactar diretamente a dinâmica social e institucional dos estados da Região Norte. Organizações como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) ampliaram sua presença em diversos territórios amazônicos, disputando o controle de rotas estratégicas do tráfico. Essa disputa contribuiu para o aumento dos conflitos armados, das execuções e das rebeliões no sistema prisional. Para Salla (2017), o fortalecimento das facções está diretamente relacionado à fragilidade estrutural do sistema penitenciário brasileiro e à ausência de políticas efetivas de ressocialização.

Além disso, a criminalidade na Amazônia está profundamente associada às desigualdades sociais presentes na região. Grande parte da população enfrenta dificuldades de acesso à educação, saúde, emprego e serviços públicos básicos, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas. De acordo com Cerqueira et al. (2021), contextos marcados por exclusão social e vulnerabilidade econômica tendem a apresentar maiores índices de violência, evidenciando a relação entre desigualdade e criminalidade.

Outro aspecto importante refere-se à violência no campo e aos conflitos fundiários presentes na Amazônia brasileira. A disputa por terras, a exploração ilegal de recursos naturais e o avanço do garimpo e do desmatamento ilegal também contribuem para o aumento da violência na Região Norte. Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra, a Amazônia concentra parte significativa dos conflitos agrários e assassinatos relacionados à disputa territorial no país (CPT, 2022). Essa realidade demonstra que a criminalidade na região não está restrita aos centros urbanos, alcançando também áreas rurais e comunidades tradicionais.

A atuação das instituições de segurança pública na Amazônia enfrenta desafios específicos relacionados à dimensão territorial e às dificuldades logísticas da região. Em muitos municípios, a presença do Estado ainda é limitada, dificultando ações de policiamento, investigação e fiscalização. Para Soares (2019), a ausência estatal em territórios vulneráveis favorece o fortalecimento do crime organizado e amplia a sensação de insegurança da população.

Outro fator relevante diz respeito à precariedade do sistema prisional nos estados da Região Norte. A superlotação das unidades penais, associada às condições insalubres e à falta

de controle institucional, contribui para o fortalecimento das facções criminosas dentro das prisões. Rebeliões ocorridas em estados como Amazonas, Pará e Roraima evidenciaram a gravidade da crise penitenciária na região e sua relação direta com a expansão da violência (CNJ, 2022).

Além disso, a criminalidade na Amazônia apresenta impactos profundos sobre populações indígenas, ribeirinhas e comunidades tradicionais, que frequentemente se tornam vítimas da violência associada ao tráfico, ao garimpo ilegal e aos conflitos territoriais. A vulnerabilidade dessas populações evidencia a necessidade de políticas públicas específicas e de estratégias de segurança que respeitem as particularidades culturais e sociais da região amazônica.

Diante desse cenário, torna-se fundamental discutir os desafios da segurança pública na Amazônia brasileira a partir de uma perspectiva crítica e integrada. A violência na Região Norte não pode ser enfrentada apenas por meio de ações repressivas, sendo necessário investir em políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais, ao fortalecimento das instituições e à presença efetiva do Estado nos territórios amazônicos.

Assim, o presente estudo busca analisar a criminalidade na Região Norte do Brasil, considerando o avanço das facções criminosas, os impactos do narcotráfico e os desafios enfrentados pelas políticas de segurança pública na Amazônia brasileira. A partir dessa reflexão, pretende-se contribuir para o debate sobre estratégias mais eficazes, humanas e integradas no enfrentamento da violência na região.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A compreensão da criminalidade na Região Norte exige uma análise que considere as particularidades sociais, econômicas e territoriais da Amazônia brasileira. A violência na região não pode ser explicada apenas pelo aumento dos índices criminais, mas deve ser entendida como resultado de processos históricos marcados pela desigualdade social, pela fragilidade da presença estatal e pela expansão de atividades ilícitas ligadas ao narcotráfico, ao garimpo ilegal e aos conflitos territoriais. Nesse contexto, o fortalecimento das facções criminosas e a precariedade das políticas de segurança pública evidenciam os limites das estratégias tradicionais de enfrentamento da violência. Além disso, a dimensão territorial amazônica impõe desafios específicos às instituições responsáveis pela segurança pública, dificultando ações de fiscalização e controle. Assim, torna-se fundamental discutir a

criminalidade na Amazônia a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, capaz de compreender suas múltiplas causas e impactos sociais.

## 2.1 CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA URBANA NA REGIÃO NORTE

A criminalidade e a violência urbana na Região Norte do Brasil têm se intensificado nas últimas décadas, tornando-se um dos maiores desafios sociais e institucionais da Amazônia brasileira. Embora historicamente a região fosse associada principalmente a conflitos agrários e disputas territoriais em áreas rurais, observa-se atualmente um crescimento expressivo da violência nos centros urbanos, especialmente nas periferias das capitais e nos municípios localizados próximos às rotas do tráfico de drogas. Esse cenário evidencia transformações importantes nas dinâmicas criminais da região, diretamente relacionadas às desigualdades sociais, à expansão do crime organizado e à fragilidade das políticas públicas de segurança (LIMA, 2020).

Os estados da Região Norte passaram a apresentar índices elevados de homicídios, roubos e crimes relacionados ao tráfico de drogas. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, estados como Amazonas, Pará e Amapá registraram, nos últimos anos, taxas de violência superiores à média nacional, revelando a gravidade da situação na Amazônia brasileira (FBSP, 2023). Esses dados demonstram que a violência urbana deixou de ser um problema concentrado apenas nas grandes regiões metropolitanas do Sudeste, alcançando de forma intensa os territórios amazônicos.

A urbanização acelerada e desordenada também constitui um elemento importante para compreender o crescimento da violência na Região Norte. Muitas cidades amazônicas passaram por processos rápidos de expansão populacional sem o devido acompanhamento de políticas públicas capazes de garantir infraestrutura, moradia, saneamento, educação e oportunidades de trabalho. Como consequência, formaram-se periferias marcadas pela vulnerabilidade social e pela ausência do Estado. Conforme destaca Minayo (2016), contextos de exclusão social e precariedade urbana favorecem o aumento da violência e da insegurança social.

Além disso, a desigualdade social presente na Amazônia brasileira contribui diretamente para o agravamento da criminalidade. Apesar das riquezas naturais existentes na região, grande parte da população enfrenta condições precárias de vida, com baixos índices de desenvolvimento humano e dificuldade de acesso a direitos básicos. Para Cerqueira et al.

(2021), a violência está profundamente associada às desigualdades sociais e à ausência de oportunidades, especialmente para jovens em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, a juventude amazônica aparece como um dos grupos mais afetados pela violência urbana. Jovens negros, pobres e moradores de periferias representam a maior parcela das vítimas de homicídios na Região Norte. Essa realidade evidencia não apenas o impacto da violência sobre determinados grupos sociais, mas também a seletividade presente nas dinâmicas da criminalidade e das políticas de segurança pública. Segundo Almeida (2019), o racismo estrutural influencia diretamente a forma como determinados corpos são mais expostos à violência e à criminalização no Brasil.

Outro aspecto relevante refere-se à presença crescente das facções criminosas nas cidades amazônicas. Organizações ligadas ao tráfico de drogas passaram a disputar territórios urbanos estratégicos, ampliando conflitos armados e fortalecendo redes criminosas locais. A expansão dessas facções alterou significativamente a dinâmica da violência na Região Norte, contribuindo para o aumento das execuções, ameaças e confrontos armados. Para Misse (2018), o fortalecimento do crime organizado está relacionado à ausência de políticas públicas eficazes e ao crescimento das economias ilegais nas periferias urbanas.

A localização geográfica da Amazônia também exerce influência importante sobre a criminalidade regional. A proximidade com fronteiras internacionais favorece a circulação de drogas, armas e mercadorias ilegais, transformando a Região Norte em área estratégica para organizações criminosas. Estados como Amazonas, Acre e Roraima tornaram-se rotas importantes do tráfico internacional de drogas, ampliando os impactos da violência urbana nas cidades amazônicas. Conforme aponta o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, o narcotráfico na Amazônia possui forte capacidade de adaptação territorial, utilizando rios, estradas e áreas de difícil fiscalização para circulação de ilícitos (UNODC, 2022).

Outro elemento que merece destaque é a fragilidade das políticas públicas de segurança na Região Norte. Em muitos municípios amazônicos, as instituições de segurança enfrentam dificuldades relacionadas à falta de efetivo, precariedade estrutural e limitações logísticas. A dimensão territorial da Amazônia dificulta ações de policiamento e fiscalização, especialmente em áreas isoladas e comunidades ribeirinhas. Segundo Soares (2019), a ausência do Estado em territórios vulneráveis favorece o fortalecimento do crime organizado e amplia a sensação de insegurança da população.

Além disso, a violência urbana na Amazônia apresenta impactos significativos sobre mulheres, crianças e populações tradicionais. O aumento da criminalidade afeta diretamente a vida cotidiana dessas populações, restringindo direitos e ampliando situações de medo e

vulnerabilidade social. Em muitos casos, comunidades inteiras passam a conviver com ameaças constantes relacionadas à atuação de grupos criminosos e aos conflitos territoriais.

Outro ponto importante refere-se à relação entre violência urbana e sistema prisional. A precariedade das unidades prisionais da Região Norte contribui para o fortalecimento das facções criminosas e para a ampliação da violência fora dos presídios. Rebeliões e confrontos ocorridos em estados amazônicos demonstram como a crise penitenciária está diretamente ligada à expansão do crime organizado na região. Para Salla (2017), o sistema prisional brasileiro frequentemente funciona como espaço de consolidação das organizações criminosas, agravando os problemas de segurança pública.

A análise da violência urbana na Região Norte também evidencia a necessidade de superação do modelo exclusivamente repressivo de segurança pública. Embora operações policiais sejam importantes em determinadas situações, observa-se que ações isoladas não conseguem enfrentar as causas estruturais da violência. Investimentos em educação, assistência social, cultura, geração de renda e inclusão social tornam-se fundamentais para reduzir a vulnerabilidade de jovens e comunidades periféricas.

Além disso, é necessário reconhecer as especificidades da Amazônia na formulação das políticas públicas de segurança. Estratégias construídas para outras regiões do país nem sempre dialogam com a realidade territorial, social e cultural amazônica. Isso exige políticas adaptadas às particularidades da região, com fortalecimento da presença estatal e maior integração entre segurança pública, políticas sociais e desenvolvimento regional.

Dessa forma, a criminalidade e a violência urbana na Região Norte revelam um cenário complexo, marcado pela combinação entre desigualdade social, expansão do narcotráfico, fortalecimento das facções criminosas e fragilidade institucional. O enfrentamento dessa realidade exige ações integradas e contínuas, capazes de articular repressão qualificada, prevenção social e garantia de direitos.

Assim, compreender a violência urbana na Amazônia brasileira significa reconhecer que os problemas relacionados à segurança pública não podem ser dissociados das desigualdades históricas presentes na região. Mais do que combater o crime, é necessário construir políticas públicas que promovam cidadania, inclusão social e fortalecimento das instituições democráticas.

## 2.2 NARCOTRÁFICO, FACÇÕES CRIMINOSAS E DISPUTAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

A região Amazônica ocupa uma posição estratégica no cenário da segurança pública brasileira devido à sua extensa faixa territorial, à presença de fronteiras internacionais e às dificuldades históricas de fiscalização estatal. A Amazônia Legal faz fronteira com diversos países sul-americanos, como Colômbia, Peru, Bolívia e Venezuela, regiões que também estão inseridas nas principais rotas internacionais do tráfico de drogas. Nesse contexto, a criminalidade organizada encontrou condições favoráveis para expandir suas atividades, utilizando rios, estradas clandestinas e áreas de difícil acesso para o transporte de drogas, armas e outros produtos ilícitos (FBSP, 2023).

A dinâmica geográfica da Amazônia representa um dos principais desafios para o controle territorial por parte do Estado. A grande extensão de áreas florestais e a limitada presença institucional em muitos municípios favorecem a atuação de facções criminosas que disputam o domínio das rotas do narcotráfico. Segundo Cano e Duarte (2012), a fragilidade da presença estatal em regiões periféricas cria espaços propícios para a consolidação de organizações criminosas, que passam a exercer funções de controle social e econômico.

Nos últimos anos, o avanço do narcotráfico na Região Norte passou a impactar diretamente os índices de violência. Estados como Amazonas, Pará e Roraima registraram crescimento significativo de homicídios relacionados a disputas entre facções criminosas. Conforme dados do Atlas da Violência, a interiorização do crime organizado contribuiu para a expansão da violência letal em municípios antes considerados menos violentos (CERQUEIRA et al., 2023).

No Pará, essa realidade tornou-se especialmente preocupante devido à posição estratégica do estado nas rotas de circulação de drogas e armas. Municípios localizados próximos às áreas portuárias e rodovias federais passaram a registrar aumento expressivo da criminalidade associada ao tráfico. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, operações policiais recentes identificaram a atuação de facções nacionais em diferentes regiões do estado, especialmente na Região Metropolitana de Belém e em municípios do sudoeste paraense (SEGUP, 2023).

Além do tráfico de drogas, o crime organizado na Amazônia também se articula com outras práticas ilícitas, como garimpo ilegal, tráfico de armas, contrabando e exploração ilegal de recursos naturais. Essas atividades formam uma rede criminosa complexa, que movimenta grandes quantias financeiras e fortalece o poder das facções na região. Para Misse (2018), o

crime organizado contemporâneo deve ser compreendido como uma estrutura econômica e social que ultrapassa os limites da criminalidade tradicional, estabelecendo conexões com mercados ilegais diversos.

Outro aspecto relevante refere-se ao uso das fronteiras amazônicas como corredores estratégicos para o tráfico internacional. A ausência de fiscalização contínua em determinadas áreas facilita a entrada de drogas oriundas de países produtores, especialmente cocaína proveniente da Colômbia e do Peru. Segundo relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, a Amazônia brasileira tornou-se uma das principais rotas de circulação de drogas na América do Sul (UNODC, 2022).

Essa realidade intensifica os conflitos entre facções criminosas que disputam o controle territorial das rotas do tráfico. Em muitos casos, essas disputas resultam em execuções, ameaças e confrontos armados, ampliando os índices de violência urbana e rural. Conforme aponta Zaluar (2014), o narcotráfico produz dinâmicas violentas que afetam profundamente as relações sociais e a vida cotidiana das populações mais vulneráveis.

Outro fator que contribui para o fortalecimento do crime organizado na Amazônia é a precariedade das políticas públicas voltadas às populações periféricas e ribeirinhas. Em diversas localidades, o acesso limitado à educação, saúde, emprego e assistência social favorece o recrutamento de jovens pelas organizações criminosas. A ausência de oportunidades acaba ampliando a vulnerabilidade social e fortalecendo ciclos de violência. Para Adorno (2019), a desigualdade social continua sendo um dos elementos centrais para compreender a expansão da criminalidade no Brasil.

O sistema prisional também desempenha papel importante nesse processo. Presídios superlotados e com baixa capacidade de controle tornam-se espaços de fortalecimento das facções, que ampliam sua influência dentro e fora das unidades prisionais. No Pará e em outros estados da Região Norte, rebeliões e confrontos em presídios revelaram a disputa entre organizações criminosas pelo controle do sistema penitenciário. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional, a precariedade estrutural das unidades favorece a expansão dessas organizações (DEPEN, 2023).

Além disso, o avanço das facções criminosas produz impactos diretos sobre as comunidades locais. Em muitos territórios, essas organizações passam a impor regras próprias, controlar atividades econômicas e interferir na rotina das populações. Essa situação contribui para o enfraquecimento da autoridade estatal e para o aumento do medo social. Conforme destaca Souza (2020), o domínio territorial exercido pelo crime organizado

compromete o exercício pleno da cidadania e limita o acesso da população aos direitos básicos.

A atuação das forças de segurança pública na Amazônia enfrenta dificuldades operacionais significativas. A distância entre municípios, a precariedade da infraestrutura e a limitação de recursos humanos e tecnológicos dificultam ações contínuas de fiscalização e combate ao crime organizado. Muitas operações dependem de apoio aéreo e fluvial, o que eleva os custos e reduz a capacidade de atuação permanente do Estado.

Outro elemento importante refere-se à cooperação internacional no enfrentamento ao narcotráfico. Considerando que grande parte das rotas criminosas atravessa fronteiras internacionais, torna-se essencial fortalecer parcerias entre os países amazônicos para ampliar o compartilhamento de informações e operações integradas. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o enfrentamento ao crime organizado exige estratégias articuladas e cooperação regional permanente (FBSP, 2023).

Também é importante destacar que a violência associada ao narcotráfico afeta diretamente populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais da Amazônia. Muitas dessas populações convivem com ameaças, invasões territoriais e conflitos armados relacionados às atividades ilegais. Essa realidade demonstra que a criminalidade na região não se limita ao espaço urbano, alcançando também territórios rurais e áreas ambientalmente protegidas.

A expansão do crime organizado na Amazônia revela, portanto, a complexidade dos desafios enfrentados pela segurança pública na Região Norte. O problema não pode ser explicado apenas pela atuação das facções, mas também pela combinação de desigualdades sociais, ausência estatal e fragilidade das políticas públicas. Nesse sentido, o enfrentamento da violência exige ações integradas que articulem segurança pública, desenvolvimento social e fortalecimento institucional.

Assim, compreender a relação entre fronteiras, narcotráfico e crime organizado é fundamental para analisar os desafios contemporâneos da segurança pública na Amazônia brasileira. Mais do que ampliar ações repressivas, torna-se necessário investir em políticas estruturais capazes de reduzir desigualdades, fortalecer a presença do Estado e garantir proteção às populações que vivem na região.

### 2.3 DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A discussão sobre segurança pública na Amazônia brasileira exige compreender que os desafios enfrentados pela região ultrapassam a dimensão policial e envolvem questões históricas, sociais, territoriais e institucionais. A complexidade amazônica impõe dificuldades específicas à formulação e à execução de políticas públicas, especialmente devido à extensão territorial, às desigualdades sociais e à limitada presença do Estado em diversas localidades. Nesse contexto, pensar segurança pública na Região Norte significa reconhecer que o enfrentamento da violência depende não apenas de ações repressivas, mas também da construção de políticas integradas e permanentes.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil estruturou diferentes programas voltados ao fortalecimento da segurança pública, porém muitos deles apresentaram dificuldades de continuidade e efetividade na Amazônia. Segundo Lima e Bueno (2022), as políticas públicas brasileiras ainda sofrem com problemas relacionados à descontinuidade administrativa, à insuficiência de investimentos e à ausência de planejamento de longo prazo. Essa realidade impacta diretamente os estados amazônicos, onde os desafios logísticos e territoriais tornam a atuação estatal ainda mais complexa.

Na Amazônia, a presença limitada do Estado em determinadas áreas favorece a atuação de organizações criminosas e amplia a vulnerabilidade das populações locais. Em muitos municípios do interior, especialmente aqueles de difícil acesso, os serviços públicos são insuficientes e as forças de segurança enfrentam limitações operacionais significativas. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, diversos municípios da Região Norte apresentam baixos índices de cobertura policial e dificuldade de acesso a equipamentos e tecnologias adequadas (FBSP, 2023).

No estado do Pará, por exemplo, a dimensão territorial e a dispersão populacional dificultam o trabalho das instituições de segurança pública. Municípios localizados em regiões ribeirinhas ou próximas às áreas de floresta possuem acesso restrito, dependendo muitas vezes de transporte fluvial ou aéreo. Essa realidade reduz a capacidade de resposta rápida das forças de segurança e dificulta o monitoramento permanente de áreas consideradas estratégicas para o tráfico de drogas e outros crimes. Segundo a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, a logística é um dos principais desafios enfrentados no combate à criminalidade no estado (SEGUP, 2023).

Outro aspecto importante refere-se à insuficiência de efetivo policial. Muitos estados amazônicos apresentam número reduzido de agentes em comparação à demanda territorial e populacional existente. Essa limitação compromete o policiamento preventivo e sobrecarrega os profissionais de segurança pública. Conforme aponta Saporì (2021), a precarização das condições de trabalho e a insuficiência de efetivo dificultam a construção de políticas de segurança mais eficientes e humanizadas.

Além disso, a integração entre os diferentes órgãos de segurança pública ainda representa um desafio importante. Embora existam iniciativas de cooperação entre polícias civis, militares, forças federais e guardas municipais, muitas ações permanecem fragmentadas e pouco articuladas. Essa ausência de integração dificulta o compartilhamento de informações e reduz a efetividade das operações de enfrentamento ao crime organizado. Para Cano (2019), a segurança pública brasileira ainda apresenta forte fragmentação institucional, o que compromete a eficiência das políticas implementadas.

Outro problema recorrente está relacionado à fragilidade das políticas preventivas. Em muitos casos, as ações governamentais concentram-se no enfrentamento repressivo da criminalidade, com menor investimento em programas sociais voltados à prevenção da violência. Questões como evasão escolar, desemprego juvenil, pobreza e exclusão social continuam presentes em diferentes áreas da Amazônia, contribuindo para a vulnerabilidade social de milhares de jovens. Segundo Cerqueira et al. (2023), políticas preventivas baseadas em educação, inclusão social e geração de oportunidades apresentam maior potencial de impacto na redução da violência.

A ausência de políticas públicas estruturadas para juventudes periféricas e populações vulneráveis favorece o recrutamento de jovens por facções criminosas. Em muitos municípios amazônicos, especialmente nas periferias urbanas, o tráfico de drogas surge como alternativa econômica diante da falta de oportunidades formais de trabalho. Essa realidade evidencia que a violência não pode ser compreendida apenas como questão policial, mas como reflexo de desigualdades sociais históricas.

Outro desafio importante refere-se ao sistema prisional da Região Norte. Presídios superlotados, condições precárias e baixa capacidade de ressocialização contribuem para o fortalecimento das organizações criminosas dentro das unidades prisionais. No Pará e no Amazonas, rebeliões ocorridas nos últimos anos demonstraram a influência das facções criminosas no interior do sistema penitenciário. Segundo o DEPEN (2023), a superlotação e a ausência de políticas efetivas de reinserção social favorecem a expansão do crime organizado.

Além disso, a violência na Amazônia está diretamente relacionada aos conflitos fundiários e ambientais. A disputa por terras, a exploração ilegal de madeira, o garimpo clandestino e os crimes ambientais ampliam os índices de violência na região, especialmente em áreas rurais. Lideranças indígenas, trabalhadores rurais e defensores ambientais frequentemente tornam-se vítimas de ameaças e homicídios. Conforme aponta o relatório da Comissão Pastoral da Terra, a Amazônia concentra parte significativa dos conflitos agrários registrados no país (CPT, 2023).

A atuação das instituições públicas diante desses conflitos ainda apresenta limitações importantes. Muitas vezes, faltam recursos, pessoal e infraestrutura para garantir proteção efetiva às populações ameaçadas. Em diversas localidades, a demora na atuação estatal favorece a permanência de grupos armados e organizações ilegais que disputam o controle territorial.

Outro ponto relevante refere-se à necessidade de fortalecimento das políticas de inteligência. O enfrentamento ao crime organizado na Amazônia exige monitoramento constante das rotas utilizadas pelo narcotráfico e pelas atividades ilegais. Entretanto, muitos estados da Região Norte ainda enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso a tecnologias de monitoramento e análise de dados. Segundo Lima e Bueno (2022), investir em inteligência policial é fundamental para reduzir a dependência exclusiva de ações repressivas ostensivas.

Também é importante considerar a necessidade de cooperação entre os estados amazônicos e o governo federal. A criminalidade organizada atua de forma interestadual e internacional, exigindo estratégias integradas de enfrentamento. Operações isoladas tendem a apresentar resultados limitados diante da capacidade de reorganização das facções criminosas. Nesse sentido, o fortalecimento da cooperação institucional torna-se elemento essencial para ampliar a efetividade das políticas de segurança pública.

A relação entre violência e desigualdade social também aparece como elemento central nas discussões sobre segurança pública na Amazônia. Municípios com baixos indicadores sociais frequentemente apresentam maiores índices de violência, evidenciando a conexão entre exclusão social e criminalidade. Para Souza (2020), o combate à violência exige necessariamente o enfrentamento das desigualdades estruturais que historicamente marcam a sociedade brasileira.

Outro aspecto relevante diz respeito à confiança da população nas instituições de segurança pública. Em muitas comunidades periféricas e áreas rurais, a relação entre população e forças policiais é marcada por desconfiança, medo e distanciamento. Casos de violência policial e abusos de autoridade contribuem para o enfraquecimento da legitimidade

institucional. Conforme destaca Adorno (2019), a construção de políticas democráticas de segurança pública depende da aproximação entre instituições e sociedade civil.

Além disso, as políticas públicas na Amazônia precisam considerar as especificidades culturais e territoriais da região. Populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e tradicionais possuem formas próprias de organização social e enfrentam desafios específicos relacionados à violência e ao acesso aos serviços públicos. A ausência de políticas adaptadas a essas realidades contribui para ampliar situações de vulnerabilidade.

A educação também desempenha papel fundamental no enfrentamento da violência. Estudos recentes apontam que investimentos em educação básica, permanência escolar e acesso à cultura contribuem significativamente para a redução da criminalidade. Entretanto, muitos municípios amazônicos ainda apresentam dificuldades relacionadas à infraestrutura escolar e ao acesso educacional, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas.

Outro desafio importante refere-se à valorização dos profissionais da segurança pública. Condições precárias de trabalho, baixos salários e sobrecarga operacional afetam diretamente a qualidade do serviço prestado à população. Em muitos casos, policiais atuam em contextos de elevada pressão psicológica e exposição constante à violência. Segundo Saporì (2021), a valorização profissional é elemento essencial para a construção de políticas de segurança mais eficientes e humanizadas.

Diante desse cenário, torna-se evidente que os desafios institucionais da segurança pública na Amazônia não podem ser enfrentados exclusivamente por meio do aumento da repressão policial. O fortalecimento das instituições exige investimentos contínuos em infraestrutura, inteligência, formação profissional e políticas sociais integradas. Além disso, é fundamental reconhecer que a violência na região está profundamente relacionada às desigualdades históricas e à ausência de políticas públicas capazes de garantir direitos básicos à população.

Assim, a construção de políticas públicas eficazes para a Amazônia brasileira depende de uma abordagem ampla e interdisciplinar, capaz de articular segurança pública, desenvolvimento social, proteção ambiental e fortalecimento institucional. Mais do que combater os efeitos da violência, é necessário enfrentar suas causas estruturais, promovendo inclusão social, cidadania e presença efetiva do Estado em toda a região amazônica.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, voltado à análise dos desafios da segurança pública na Amazônia brasileira, com ênfase na criminalidade organizada, na violência e nas fragilidades institucionais presentes na Região Norte. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender o fenômeno da violência para além dos dados estatísticos, considerando também suas dimensões sociais, territoriais e políticas. Conforme destaca Minayo (2016), a pesquisa qualitativa possibilita interpretar processos sociais complexos e compreender significados presentes nas relações humanas e institucionais.

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se pela realização de uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, permitindo a construção de uma análise crítica a partir de produções científicas recentes sobre segurança pública, narcotráfico, facções criminosas e políticas institucionais na Amazônia. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador ampliar o conhecimento sobre o tema investigado e identificar contribuições relevantes já produzidas pela literatura especializada.

O levantamento das informações foi realizado em bases de dados acadêmicas como Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES, além da consulta a relatórios institucionais publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Segurança Pública do Pará. Foram utilizados descritores como “segurança pública na Amazônia”, “violência na Região Norte”, “crime organizado” e “facções criminosas”, associados entre si para ampliar o alcance da pesquisa.

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos, livros, dissertações e relatórios publicados nos últimos dez anos, priorizando estudos relacionados à realidade amazônica e às políticas de segurança pública na Região Norte. Também foram utilizados dados estatísticos recentes sobre violência letal, sistema prisional e atuação do crime organizado, buscando garantir maior atualidade e consistência às análises desenvolvidas. De acordo com Lakatos e Marconi (2021), a definição de critérios metodológicos claros contribui para a organização e a confiabilidade da pesquisa científica.

A análise do material coletado foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016), permitindo identificar categorias temáticas relacionadas à violência urbana, às facções criminosas, às fragilidades institucionais e às políticas públicas de segurança na Amazônia brasileira. Essa técnica possibilitou interpretar

os dados de forma sistemática e crítica, relacionando diferentes perspectivas teóricas sobre o tema.

Além disso, a pesquisa adota uma perspectiva interdisciplinar, articulando contribuições das áreas de Sociologia, Segurança Pública, Direito e Ciências Sociais, considerando que a violência na Amazônia envolve múltiplos fatores sociais e institucionais. Conforme aponta Cerqueira et al. (2023), a compreensão da criminalidade no Brasil exige análises integradas, capazes de relacionar desigualdade social, ausência estatal e dinâmicas territoriais.

Por fim, destaca-se que, por se tratar de uma pesquisa baseada em fontes secundárias, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética. Entretanto, foram respeitados os princípios de integridade acadêmica, com a devida citação das fontes utilizadas e o compromisso com a fidedignidade das informações apresentadas ao longo do estudo.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que a criminalidade na Região Norte do Brasil está diretamente relacionada a fatores históricos, sociais, econômicos e institucionais que tornam a Amazônia um território estratégico para a atuação do crime organizado. Os dados analisados demonstram que a violência na região não pode ser compreendida apenas como resultado de ações isoladas de indivíduos ou grupos criminosos, mas como consequência de um contexto marcado pela desigualdade social, pela ausência do Estado em áreas periféricas e pela expansão das facções criminosas nos últimos anos. Nesse sentido, a segurança pública na Amazônia revela desafios que ultrapassam o campo policial e exigem respostas estruturais e integradas.

Um dos principais resultados observados refere-se ao crescimento das taxas de violência letal na Região Norte nas últimas décadas. Segundo o Atlas da Violência 2024, estados amazônicos continuam apresentando índices elevados de homicídios, especialmente Pará, Amazonas, Amapá e Rondônia, evidenciando a persistência de um cenário de insegurança pública (CERQUEIRA et al., 2024). Em muitos municípios amazônicos, a violência está associada à disputa territorial entre facções criminosas, ao tráfico de drogas e à expansão de economias ilegais ligadas ao garimpo, à exploração madeireira e ao tráfico de armas.

No estado do Pará, por exemplo, os dados demonstram que a violência urbana permanece concentrada principalmente nas regiões metropolitanas e nos municípios marcados

por conflitos fundiários e fragilidade institucional. Informações da Secretaria de Segurança Pública do Pará apontam que municípios como Belém, Ananindeua, Marabá e Altamira continuam registrando elevados índices de crimes violentos letais intencionais, apesar de ações recentes de repressão ao crime organizado (SEGUP, 2024). Essa realidade evidencia que as políticas de segurança pública ainda enfrentam dificuldades para produzir resultados duradouros.

Outro aspecto importante identificado na pesquisa diz respeito ao fortalecimento das facções criminosas na Amazônia brasileira. Nos últimos anos, organizações criminosas passaram a disputar rotas estratégicas para o tráfico internacional de drogas, utilizando rios, estradas e áreas de fronteira como corredores logísticos. Conforme destaca Manso e Dias (2018), a expansão das facções para a Região Norte está diretamente ligada à importância geográfica da Amazônia no tráfico internacional, especialmente pela proximidade com países produtores de cocaína, como Colômbia, Peru e Bolívia.

A atuação dessas organizações tem provocado impactos profundos nas dinâmicas sociais da região. Em muitos territórios periféricos, as facções assumem funções que deveriam ser desempenhadas pelo Estado, exercendo controle territorial, impondo regras locais e influenciando diretamente a vida das comunidades. Segundo Feltran (2020), esse fenômeno demonstra que o crime organizado não atua apenas pela violência armada, mas também pela construção de relações sociais e econômicas em áreas marcadas pela ausência de políticas públicas.

Outro resultado relevante refere-se à precariedade estrutural das instituições de segurança pública na Amazônia. A pesquisa evidencia que a extensão territorial da Região Norte, aliada às dificuldades logísticas e à insuficiência de efetivo policial, compromete a capacidade operacional do Estado. Em muitos municípios do interior amazônico, há carência de delegacias, viaturas, equipamentos e profissionais especializados, dificultando a investigação de crimes e o atendimento adequado à população. Para Lima e Bueno (2022), a desigualdade regional na distribuição dos serviços públicos representa um dos principais entraves para o fortalecimento da segurança pública no Brasil.

Além disso, observou-se que o sistema prisional da Região Norte também enfrenta graves problemas estruturais. A superlotação, as condições precárias das unidades e a presença de facções criminosas dentro dos presídios contribuem para o fortalecimento do crime organizado. No Pará, unidades prisionais já registraram episódios de rebeliões e confrontos ligados à disputa entre grupos criminosos, evidenciando a fragilidade do controle estatal. Conforme aponta Salla (2017), o sistema penitenciário brasileiro deixou de funcionar

apenas como espaço de cumprimento de pena e passou a atuar como ambiente de fortalecimento das organizações criminosas.

Outro ponto discutido refere-se à relação entre desigualdade social e criminalidade. A análise demonstra que municípios com baixos indicadores sociais tendem a apresentar maior vulnerabilidade à atuação do crime organizado. Problemas como desemprego, evasão escolar, ausência de oportunidades econômicas e precariedade urbana contribuem para o recrutamento de jovens por facções criminosas. Segundo Wacquant (2015), a ausência de políticas sociais consistentes favorece a expansão de mecanismos de controle baseados predominantemente na repressão penal.

A pesquisa também evidencia que a violência na Amazônia está associada aos conflitos ambientais e fundiários presentes na região. Em áreas marcadas pela expansão do garimpo ilegal, do desmatamento e da grilagem de terras, observa-se o crescimento da violência armada e da atuação de grupos criminosos ligados a economias ilegais. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), a criminalidade ambiental passou a ocupar papel central nas dinâmicas de violência amazônica, exigindo maior integração entre políticas ambientais e segurança pública.

Outro aspecto importante identificado nos resultados refere-se à fragilidade das políticas preventivas. Apesar do aumento dos investimentos em operações policiais e ações repressivas, ainda há carência de políticas públicas voltadas à juventude, à educação, à inclusão social e à geração de emprego. Conforme argumenta Cerqueira et al. (2024), estratégias preventivas apresentam maior potencial de impacto na redução da violência do que ações exclusivamente repressivas.

Além disso, a análise demonstra que a sensação de insegurança tem provocado impactos significativos na vida cotidiana da população amazônica. Em diversas cidades da Região Norte, o medo da violência interfere nas relações sociais, na mobilidade urbana e no acesso aos espaços públicos. Para Batista (2018), o medo social também produz efeitos políticos, fortalecendo discursos punitivistas e ampliando a demanda por respostas imediatas baseadas no endurecimento penal.

Outro resultado importante refere-se à necessidade de integração institucional. A pesquisa aponta que as políticas de segurança pública ainda operam de maneira fragmentada, com pouca articulação entre União, estados e municípios. Essa desarticulação dificulta a implementação de estratégias mais eficazes no enfrentamento ao crime organizado. Segundo Saporì (2021), o combate à violência exige planejamento integrado, inteligência policial e ações coordenadas entre diferentes instituições.

A discussão também evidencia que a criminalidade na Amazônia não pode ser desvinculada das transformações econômicas e territoriais ocorridas na região nas últimas décadas. A expansão urbana desordenada, os conflitos agrários e a exploração ilegal de recursos naturais contribuíram para a formação de novos mercados ilícitos e para o fortalecimento das redes criminosas. Nesse contexto, a violência torna-se expressão de disputas econômicas e territoriais complexas.

Por fim, os resultados apontam que os desafios da segurança pública na Amazônia brasileira exigem respostas que vão além do aumento da repressão policial. Embora ações ostensivas sejam importantes em determinados contextos, a redução da violência depende da construção de políticas públicas integradas, capazes de enfrentar desigualdades históricas e fortalecer a presença do Estado nos territórios mais vulneráveis.

Assim, a análise realizada demonstra que a criminalidade na Região Norte é resultado de múltiplos fatores interligados, envolvendo exclusão social, fragilidade institucional, expansão do crime organizado e ausência de políticas estruturais. O enfrentamento dessa realidade exige investimentos contínuos em prevenção, inteligência policial, políticas sociais e fortalecimento das instituições públicas, visando construir uma segurança pública mais eficiente e comprometida com os direitos da população amazônica.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a criminalidade na Região Norte do Brasil, especialmente na Amazônia brasileira, está relacionada a um conjunto complexo de fatores sociais, econômicos, territoriais e institucionais. A violência observada na região não pode ser entendida apenas como consequência da atuação de grupos criminosos, mas também como reflexo das desigualdades históricas, da fragilidade das políticas públicas e da limitada presença do Estado em áreas estratégicas da Amazônia. Nesse sentido, os desafios da segurança pública ultrapassam a dimensão policial e exigem respostas mais amplas e integradas.

Os resultados analisados demonstraram que o fortalecimento das facções criminosas na Região Norte está diretamente ligado à posição geográfica da Amazônia nas rotas internacionais do narcotráfico, bem como às dificuldades de fiscalização territorial. Além disso, a precariedade estrutural das instituições de segurança pública, a superlotação do sistema prisional e a ausência de políticas preventivas contribuem para a reprodução da violência e para o fortalecimento das organizações criminosas. Conforme destaca Cerqueira et

al. (2024), políticas baseadas exclusivamente na repressão penal apresentam resultados limitados quando não são acompanhadas por investimentos sociais e estratégias preventivas.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais. Problemas como desemprego, evasão escolar, pobreza e ausência de oportunidades atingem diretamente as populações mais vulneráveis da Amazônia, favorecendo o recrutamento de jovens pelo crime organizado. Assim, torna-se evidente que a segurança pública precisa ser articulada a políticas de educação, assistência social, geração de renda e inclusão social, promovendo ações capazes de enfrentar as causas estruturais da violência.

Além disso, o estudo evidencia que o enfrentamento da criminalidade na Amazônia exige maior integração entre os diferentes níveis de governo e fortalecimento das instituições públicas. Investimentos em inteligência policial, tecnologia, capacitação profissional e infraestrutura são fundamentais para ampliar a capacidade operacional das forças de segurança na região. Segundo Saporì (2021), a construção de políticas de segurança pública mais eficientes depende da articulação entre prevenção, investigação e fortalecimento institucional.

Também se destaca a importância de considerar as especificidades territoriais e culturais da Amazônia brasileira na formulação das políticas públicas. Populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e comunidades tradicionais convivem diariamente com impactos da violência e da criminalidade organizada, muitas vezes sem acesso adequado aos serviços públicos. Dessa forma, as estratégias de segurança precisam respeitar as particularidades regionais e garantir proteção efetiva às populações locais.

Por fim, conclui-se que a superação dos desafios da segurança pública na Amazônia depende da construção de políticas integradas e permanentes, comprometidas não apenas com o combate ao crime, mas também com a promoção da cidadania e da justiça social. Como afirma Wacquant (2015), o enfrentamento da violência exige mais do que punição: requer investimentos contínuos na redução das desigualdades e no fortalecimento da democracia.

## **REFERÊNCIAS**

ADORNO, Sérgio. **Violência e democracia**. São Paulo: EdUSP, 2019.

ADORNO, Sérgio. **Violência, justiça penal e crime organizado no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2019.

ALMEIDA, Silvío. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

CANO, Ignacio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2021**. Brasília: IPEA; FBSP, 2021.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2023**. Brasília: IPEA; FBSP, 2023.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2024**. Brasília: IPEA; FBSP, 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Goiânia: CPT, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Sistema prisional e segurança pública no Brasil**. Brasília: CNJ, 2022.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília: Ministério da Justiça, 2023.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LIMA, Renato Sérgio de. **Segurança pública e violência no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira. Segurança pública e desigualdades regionais no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 45-63, 2022.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira. **Segurança pública e violência no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FBSP, 2022.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

MISSE, Michel. **Crime organizado e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SALLA, Fernando. Sistema prisional brasileiro: balanço de uma crise permanente. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 15, n. 67, p. 11-29, 2017.

SALLA, Fernando. **Sistema prisional brasileiro: desafios e perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2017.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e estratégias**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2021.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO PARÁ (SEGUP). **Relatório Estatístico de Criminalidade do Estado do Pará**. Belém: SEGUP, 2023.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO PARÁ (SEGUP). **Relatório estatístico de criminalidade 2024**. Belém: SEGUP, 2024.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **Relatório Mundial sobre Drogas 2022**. Viena: ONU, 2022.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.